



Rapariga resgatada de uma união prematura

Fraco conhecimento da lei propicia uniões prematuras

NOTÍCIAS, Nacional, 20.05.2021, Pág. 06, Ed. nº 31.303

O FRACO conhecimento da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras continua a ser um desafio na erradicação de uniões precoces no país.

O entendimento foi partilhado ontem, em Maputo, pela presidente da Coligação para a Eliminação das Uniões Prematuras (CECAP), Feroza Zacarias, que falava na reunião de balanço e coordenação das acções de prevenção e combate às uniões prematuras, que juntou o Governo e sociedade civil.

Zacarias disse que a lei, aprovada em 2019, precisa de ser divulgada para que a sociedade saiba que forçar uma rapariga a casar-se é um crime que, para além de comprometer a sua saúde, por causa da gravidez pre-

coce, pode propiciar a ocorrência da fístula obstétrica e morte.

“Infelizmente, com a Covid-19, não foi possível nos deslocarmos a alguns pontos do país para divulgar a lei, o que pode comprometer a sua aplicação”, apontou, acrescentando que o número de casos de uniões prematuras no país continua estacionário.

A presidente da CECAP indicou que as províncias de Nampula, Cabo Delgado e Inhambane continuam a registar o maior número de casos.

“Entretanto, notamos que mesmo na cidade de Maputo há adolescentes envolvidas em uniões prematuras, porém os casos não são denunciados, pois a so-

cidade olha para o problema como normal”, lamentou.

Por sua vez, o director de advocacia da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Joaquim Oliveira, afirmou que esta organização tem coordenado com diversas associações nacionais e internacionais para a formação de paralegais, distribuídos em 112 distritos do país para trabalharem com os órgãos de Administração da Justiça na operacionalização e criminalização das uniões prematuras.

“Por outro lado, trabalhamos com mentoras que interagem com outras raparigas para que continuem a estudar e evitem as uniões prematuras”, disse Oliveira.